

DE RESIDÊNCIA A INSTITUIÇÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE MUSEIFICAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO DA CASA DE RUI BARBOSA

Mariana Freitas de Andrade¹

Introdução

Com a instauração da República no Brasil, em 1889, o Estado se empenhou na criação de uma nova identidade nacional; o governo necessitava de legitimação e referência. Era o início de um momento novo, que buscou signos referenciais para assegurar um sentimento de pertencimento e identificação com os novos ideais. Para isso, foram mudados símbolos da pátria, como o hino e a bandeira, foram criados monumentos, museus, lugares de trocas simbólicas, com os quais a nação, como “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), pudesse construir a sua imagem. Era um período em que a falta de envolvimento real do povo na implantação do novo regime, levou à uma “tentativa de compensação por meio da mobilização simbólica” (CARVALHO, 1990, p. 5). Era um momento de batalha em torno da imagem do atual regime, que precisava atingir o imaginário popular para “recriá-lo dentro dos valores republicanos” (CARVALHO, 1990, p. 10).

José Murilo de Carvalho acredita que a elaboração de um imaginário é parte integrante de legitimação de qualquer regime político. É por meio dele que se podem atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. Para Carvalho, é nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos. O imaginário social é construído e se expressa não só por ideologias e utopias, mas por símbolos, alegorias, mitos. Estes, por sua vez, podem tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses e de manipulação, algo de suma importância em momentos de mudança política e social, e também de redefinição de identidades coletivas. “Não basta mostrar a verdade, é necessário que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo.” (CARVALHO, 1990, p. 11).

¹ Historiadora e mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

Neste sentido, essa nova forma de governo que emergia impôs as suas bases simbólicas, selecionando e negociando o que deveria ser lembrado, o que deveria ser esquecido e o que seria, a partir de então, celebrado. Rui Barbosa foi uma das escolhas da Primeira República para servir como símbolo de legitimação do novo regime. Ainda segundo Carvalho, todo regime político busca criar o seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e de modelo para os membros da comunidade (1990, p. 14). A nação carecia de personalidades que pudessem servir de inspiração ao povo brasileiro e honrar a história do país. Era preciso selecionar os grandes nomes da pátria e associá-los ao novo futuro que se construía. E, aos olhos do público, Rui Barbosa era claramente o político mais célebre do momento.

Durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, Rui Barbosa era um nome dotado de uma grande expressão política no Brasil. Ele exerceu numerosas e bem diversas funções: foi jurista, jornalista, senador, ministro, diplomata, escritor. Uma personalidade de destaque na história do Brasil e principalmente, na história da república brasileira. Durante esse período, Barbosa se tornou Ministro da Fazenda e da Justiça e foi convocado para a elaboração do projeto da futura Constituição de 1891. Também se tornou Senador pela Bahia e atuou e discursou sobre os assuntos mais delicados, àquela época. Representou o Brasil na Segunda Conferência da Paz, em Haia, onde se tornou internacionalmente conhecido por sua inteligência e oratória, e ainda se candidatou para a presidência da república, iniciando uma campanha civilista, onde inaugurou o recurso às excursões eleitorais e discursou em praças públicas espalhadas pelo país.

Rui Barbosa sabia, como nenhum outro, ocupar a atualidade. E isso fazia com que sua popularidade aumentasse expressivamente e a esfera pública estivesse sempre permeada de elementos sociais elaborados para dar visibilidade a esta figura política e transformá-la em algo simbólico e monumental. Havia uma intensa campanha de publicidade em torno de seu nome e de sua imagem.

Quando morreu, em 1923, todos esses sentimentos foram intensificados. Segundo João Felipe Gonçalves (2000, p. 11), os jornais estampavam manchetes e frases como: “Apagou-se o sol!”; “A morte do maior gênio da raça”; “A grande catástrofe”; “Viverá para sempre com a imortalidade dos deuses!”. A notícia de sua morte se espalhou por todo o país e uma onda de comoção e luto tomou conta da população.

A morte de Barbosa, além de ter despertado uma comoção popular, também despertou uma expectativa. Seria este o fim de seu legado? O que aconteceria com o símbolo da pátria? Como o novo regime manteria Rui Barbosa no panteão dos grandes homens? Em meio a essas questões, em 1924, imediatamente um ano após a sua morte, o Governo Federal comprou de D. Maria Augusta, a viúva, a casa, a biblioteca, os manuscritos, arquivos e mobiliários do casal, a fim de transformar a antiga residência em um museu.

A aquisição da casa foi aprovada pelo Decreto nº 4.789, de 02/01/1924, assinado pelo Presidente Arthur Bernardes e pelo Ministro da Justiça, João Luiz Alves. Entretanto, foi apenas em 1927 que o museu foi criado e regulamentado, por meio do Decreto nº 17.758, sancionado pelo então Presidente Washington Luís, que assinalou a importância da preservação e conservação da memória de um dos “grandes cidadãos da pátria” e “considerando a conveniência de manter sempre bem vivo o culto à memória dos grandes cidadãos que por seus serviços se impuseram à gratidão da Pátria [...]”². Dessa forma, Rui Barbosa foi o primeiro homem público a ter seu espaço privado transformado em museu, com a iniciativa do governo.

As ações para a abertura da instituição ao público iniciaram-se em junho de 1930 e o museu foi inaugurado em 13 de agosto deste mesmo ano. O ano da inauguração do museu foi um ano conturbado na política do país, sobretudo em razão do movimento que levou Getúlio Vargas à presidência da República, encerrando assim os primeiros anos da república e dando início a uma nova fase da política brasileira, a “Era Vargas”. Este novo governo foi marcado pela imbricação entre cultura e política. O número de instituições museais aumentou expressivamente e foram formuladas pela primeira vez no regime republicano, as políticas culturais de preservação e criação do patrimônio histórico.

Estamos diante de mais um momento de ruptura e transformação. Uma nova fase que buscou valorizar o passado, construindo um novo Brasil. Segundo Luciana Fagundes, o regime pretendia criar um novo homem, uma nova sociedade e um novo país, prometendo um futuro glorioso (2017, p. 324). Um dos objetivos básicos para isso era nacionalizar a cultura e, como já mencionado, o projeto político-cultural de Vargas estava voltado para o passado histórico brasileiro. Para isso, contou com a ajuda de modernistas e todo o tipo de intelectuais. “Houve, assim, uma mobilização intelectual

² Decreto nº 17.758, de 04/04/1927.

sem precedentes, que vislumbrou a possibilidade de colocar em prática um discurso em prol da construção de um país mais autêntico.” (FAGUNDES, 2017, p. 326). Mônica Velloso acredita que esse momento significava uma espécie de reciclagem histórica dos conceitos de nação, povo e cultura, para serem ajustados aos objetivos do atual regime (2003, p. 176). Para Fagundes, “a apropriação de tradições e a leitura seletiva do passado variam de acordo com o propósito do presente” (2017, p. 31), e isso estava claro no governo de Getúlio Vargas.

Segundo Luciana Fagundes, a criação de todo esse aparato visava cada vez mais a sustentação de uma determinada narrativa nacional, para a qual seria importante estabelecer políticas voltadas para o patrimônio (2017, p. 328). O ideário do patrimônio foi integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado, e este recebeu a função de representá-la; seria uma alegoria dela, uma “tradição inventada” (HOBSBAWM; RANGER, 2015). Márcia Chuva destaca que construía-se histórias nacionais que se materializavam em patrimônios nacionais. Havia a necessidade da incorporação de novos símbolos para garantir a afirmação daquele novo momento histórico, símbolos que não mais seriam os utilizados pelo antigo regime, nos primeiros anos da república, mas que reforçassem agora o caráter nacional, que remetessem às tradições nacionais e que permitissem a inclusão do novo (SILVA, 2010, p. 24). O patrimônio foi uma escolha unânime entre os intelectuais e modernistas para atuar como símbolo da identidade nacional. Sua proteção e preservação assegurava o estabelecimento de relações com o passado e uma continuidade em direção ao futuro.

Neste sentido, as iniciativas do Estado visando a proteção ao patrimônio se efetivaram em 1936, quando o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, atuou com o propósito de proteger monumentos e obras de arte nacionais. O ministro contou com a colaboração do poeta, escritor e crítico literário, Mário de Andrade, para a elaboração de um anteprojeto que resultou na criação de um órgão especificamente voltado para a preservação do patrimônio, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O trabalho do SPHAN consistia em identificar o patrimônio nacional e sua consequente proteção mediante a aplicação do instituto de tombamento; conhecer o patrimônio; e realizar sua divulgação, conservação e restauração. As principais escolhas envolviam o legado da colonização portuguesa, as manifestações artísticas de cunho erudito e a cultura europeia e religiosa. Os personagens históricos que outrora foram

muito celebrados, também receberam um novo reforço e passaram a ser consagrados a uma nova tradição de heróis nacionais (FAGUNDES, 2017, p. 326). Segundo Regina Abreu, isso poderia ser realizado através de objetos que tivessem alguma relação com estes personagens (FAGUNDES, 2017, p. 332). Nesta perspectiva, o Museu Casa de Rui Barbosa não ficou de fora das iniciativas varguistas e nem ficou longe dos olhos do SPHAN, e em 11 de maio de 1938 se tornou patrimônio cultural nacional, a partir de seu tombamento pelo órgão.

Propomos, portanto, analisar o processo que envolveu essa transformação da casa em que viveu Rui Barbosa em um museu, considerando os interesses e as estratégias políticas envolvidas nesse processo, bem como a relação intrínseca entre memória e poder. Desejamos também investigar o contexto social e político do momento em que a Casa de Rui Barbosa deixou de ser apenas um museu, para se tornar patrimônio nacional.

Idealização e transformação da casa de Rui Barbosa em museu

A casa em que morava Rui Barbosa e sua família, localizada em Botafogo, no Rio de Janeiro, foi comprada em 23 de maio de 1893, pelo valor de cento e trinta contos de réis. A Vila Maria Augusta, como ficou conhecido o palacete da Rua São Clemente, em uma homenagem de Rui Barbosa à sua esposa, foi construída em 1850 pelo Barão da Lagoa, Bernardo Casimiro de Freitas. Anos mais tarde foi vendida ao comendador português Albino de Oliveira Guimarães que, no ano de 1890, vendeu-a ao inglês John Roscoe Allen. Rui Barbosa foi o quarto proprietário da casa, comprando-a de John Allen. A primeira grande obra realizada após a compra, foi comandada pelo arquiteto Antônio Jannuzzi e procurou adaptar a residência aos gostos do casal.

Em sua casa, Barbosa recebia muitos amigos, dava grandes festas e brincava com seus netos. Em seu enorme jardim, se encarregava de podar e colher as flores, plantar árvores, colocar plaquetas com o nome de cada espécie, e proteger os frutos. O espaço, onde morou por 28 anos, era o refúgio privado do homem público. Foi também o local onde celebrou suas maiores glórias, segundo Aparecida Rangel (2015, p. 51), foi para lá que voltou após a Conferência de Haia; foi lá o palco de grandes reuniões políticas e também onde ele estudava, lia e escrevia seus memoráveis discursos. Era também o local em que ele se dedicava à sua família. Segundo sua esposa, Rui “era um

homem cumpridor dos deveres domésticos, interessado por tudo, desde a decoração, conforto, até a manutenção da casa.” (MAGALHÃES, 1994, p. 125).

Rui Barbosa nasceu na cidade de Salvador, no dia 5 de novembro de 1849. Participou ativamente da vida política do país e, segundo algumas biografias, desde jovem destacou-se por sua capacidade intelectual, cujo exemplo é sua enorme biblioteca e a quantidade de livros que leu durante toda a sua vida. Jurista, jornalista, orador, abolicionista e, por fim, figura pública brasileira, Rui Barbosa cursou Direito em 1866, no Recife, transferiu-se depois para a Faculdade de Direito de São Paulo e concluiu seus estudos em 1870. Mudou-se para o Rio de Janeiro, iniciando sua carreira na imprensa. Foi Ministro da Fazenda no Governo Provisório e participou da elaboração da Constituição de 1891. Ocupou a cadeira no Senado, pela Bahia, e permaneceu senador até o ano de sua morte. Também integrou a Segunda Conferência da Paz, realizada em Haia em 1907 – representando o Brasil na qualidade de embaixador extraordinário –, onde defendeu a doutrina da igualdade jurídica entre as nações. Candidatou-se à presidência da República e liderou uma campanha civilista marcada pelo contato direto com o povo e pelo discurso de fortalecimento da democracia. Todos esses fatores contribuíram para que a figura do personagem fosse, em muitos momentos, mitificada, o que se intensificou com a sua morte e a comoção nacional que esse evento despertou, sobretudo na Capital Federal.

Barbosa morreu no dia 1º de março de 1923, causando uma enorme mobilização em todo o país. A aura que se instaurou em torno de sua imagem contribuiu para que sua casa, espaço íntimo e privado, fosse transformada em museu.

A ideia de criar o Museu Casa de Rui Barbosa representou um período em que a Primeira República brasileira elaborou suas projeções para a formação de uma nova concepção de nação, afastando-se totalmente do passado monárquico e imperial. Era o início de um momento novo, que buscou signos referenciais para assegurar um sentimento de pertencimento e identificação com os novos ideais. Para isso, foram mudados símbolos da pátria, como o hino e a bandeira, heróis nacionais foram consagrados, foram criados monumentos, museus, lugares de trocas simbólicas, com os quais a nação, como comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), pudesse construir a sua imagem. Quando Barbosa morreu, sua casa foi escolhida para se transformar em um museu e assim atuar como um instrumento e “uma via para a afirmação de valores, sendo um espelho ou um palco, onde as transformações que se operam na sociedade

são, de algum modo, refletidas e apresentadas” (CHAGAS, 2002, p. 45).

Para compreender melhor todo esse processo, iremos analisar alguns decretos, disponíveis para consulta pública no site oficial da câmara dos deputados (www.camara.leg.br), do senado federal (www.senado.leg.br) e do planalto (www.planalto.gov.br), e seguir a cronologia dos eventos que foi exposta por Aparecida Rangel, em sua tese “Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado”.

Para começar, foi por meio do decreto de nº 4.789, de 02/01/1924, que o governo federal comprou da viúva de Barbosa, a casa e o mobiliário do casal, a fim de transformá-la no primeiro museu-casa, destinado à visitação pública, do Brasil.

A casa havia sido comprada, entretanto, até 1926 nada mais tinha acontecido para que o museu fosse, de fato, criado. Em novembro de 1926, ocorreu uma mudança no cenário político brasileiro e Washington Luís foi eleito presidente. Isso ocasionou uma mudança no processo de criação do museu. Washington Luís, correligionário de Rui Barbosa, assim que assume o poder, trabalha para a alteração do *status* da residência da Rua São Clemente.

Em 1927, Washington Luís adotou duas medidas importantes com relação ao museu. A primeira foi a criação do *Museu Ruy Barbosa*, compreendendo a biblioteca, as obras de arte e tudo aquilo que havia pertencido ao jurista. A segunda medida foi a reconstituição da área do terreno que a administração municipal anterior havia retirado e que resultara na descaracterização do jardim, como destacou Aparecida Rangel (2015, p. 108). O presidente não mediu esforços para reconstruir a casa como era, recompor seus ambientes e zelar pela autenticidade do espaço que um dia fora ocupado por Rui Barbosa.

Em 4 de abril de 1927, o *Museu Ruy Barbosa* é criado e regulamentado, por meio do Decreto nº 17.758. As ações para a abertura da instituição ao público foram iniciadas em junho de 1930. Segundo relatórios de obras³, todas as fachadas da casa foram restauradas e pintadas, e houve a contratação de serviços do engenheiro Vittorio Miglietta para a reconstrução dos jardins. No relatório de Miglietta sobre a obra, ele expõe que procurou reconstruir o que estava deteriorado para dar ao espaço o aspecto que tinha antes.

O Museu Casa de Rui Barbosa foi finalmente inaugurado no dia 13 de agosto de 1930, pelo presidente Washington Luís. A cerimônia de abertura contou com ampla

³ FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Relatório de atividades**: 1.9.5 515A. Rio de Janeiro, 1930.

cobertura da imprensa. Estavam presentes familiares, amigos, políticos, ministros e o próprio presidente (RANGEL, 2015, p. 111). Muitos discursos foram proferidos e todos reverenciavam a figura de Rui Barbosa como se ele estivesse ali presente.

Quando inaugurado, cada uma das dependências do museu recebeu um nome que fizesse referência às três principais dimensões da vida de Rui Barbosa (RANGEL, 2015, p. 113): a política, o direito e a família. As principais salas da Casa foram, então, intituladas *Haia*, *Pró-aliados*, *Federação*, *Civilista*, *Buenos Aires*, *Constituição*, *Questão Religiosa*, *Abolição*, *Estado de Sítio*, *Queda do Império* e *Instrução Pública*, todas aludindo à sua participação na política. Os espaços de uso mais íntimo, como o quarto de dormir, o quarto de vestir, o gabinete de trabalho e uma sala usada pelos empregados, referindo-se à atuação de Rui no campo jurídico, foram intitulados *Salas Habeas Corpus*, *Casamento Civil*, *Código Civil* e *Dreyfus*. O quarto de vestir de sua esposa recebeu seu nome, *Maria Augusta*; a sala de estar da família recebeu o nome do pai do jurista, *João Barbosa* e a sala de jantar, o nome de sua terra natal, *Bahia*.

O ano da inauguração do Museu foi um ano conturbado na política do país, sobretudo em razão do movimento que levou Getúlio Vargas à presidência da República, e que deu início a uma nova fase da política nacional, a “Era Vargas”. O governo de Getúlio Vargas foi marcado pela imbricação entre cultura e política. Nos primeiros anos de sua gestão é criado o Ministério da Educação e Saúde (MES); em 1938, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), cuja estrutura englobava o Departamento Nacional de Ensino, ao qual se subordinavam as bibliotecas, os museus e escolas de arte, incluindo a Casa de Rui Barbosa (RANGEL, 2015, p. 84). O número de instituições museais aumentou expressivamente e foram formuladas pela primeira vez no regime republicano, as políticas culturais de preservação e criação do patrimônio histórico (CARVALHO, 2016, p. 250). Para a salvaguarda dos bens culturais são criados a Inspeção de Monumentos Nacionais, em 1934, e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, que em 1970 passa a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Museu Casa de Rui Barbosa não ficou de fora das iniciativas varguistas. A instituição passou ao âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública que, por meio

do Decreto nº 24.688 de 12/7/1934⁴, reorganizou os serviços e estabeleceu, entre outras providências, a abertura diária da Casa para consulta de livros e documentos, sob a guarda da Biblioteca e do Arquivo. Em 1937, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, definiu a Casa de Rui Barbosa como uma instituição de educação extraescolar, além de direcionar verbas para a publicação das obras completas de seu antigo morador. A preocupação com a conservação da Casa também havia se tornado uma questão importante para o governo, na medida em que as verbas a ela destinadas, passaram a incluir obras de restauração e de conservação do espaço. E em 1938, o espaço foi inscrito nos Livros do Tombo pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sendo classificado como Patrimônio Cultural Nacional.

Algumas considerações sobre a patrimonialização do Museu Casa de Rui Barbosa e sobre as políticas de proteção ao patrimônio

Como mencionado anteriormente, em 1930 o Brasil vivia um novo momento em seu cenário político. Essa nova fase buscava, sobretudo, valorizar o passado e construir um novo Brasil, e para isso a nacionalização da cultura se tornou um projeto político de Getúlio Vargas. O presidente estava voltado para o passado histórico brasileiro e contou com a ajuda de modernistas e todo o tipo de intelectuais para colocar em prática um discurso em prol da construção de um país mais autêntico (FAGUNDES, 2017, p. 323). Mônica Velloso acredita que esse momento significava uma espécie de reciclagem histórica dos conceitos de nação, povo e cultura, para serem ajustados aos objetivos do atual governo (2003, p. 176).

Segundo Luciana Fagundes, a criação de todo esse aparato visava cada vez mais a sustentação de uma determinada narrativa nacional, para a qual seria importante estabelecer políticas voltadas para o patrimônio (FAGUNDES, 2017, p. 328). O ideário do patrimônio foi integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado, e este recebeu a função de representá-la; seria uma alegoria dela, uma “tradição inventada” (HOBSBAWM; RANGER, 2015).

Em seu sentido moderno, a temática do patrimônio histórico está socialmente articulada à ideia de “patrimônio”, termo empregado para designar, sobretudo, a transmissão de bens, de pais para filhos; uma herança, envolvendo não só valores

⁴ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24688-12-julho-1934-515677-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

econômicos como afetivos e simbólicos. No caso dos patrimônios históricos, Françoise Choay argumenta que sua valorização não se dá pelo fato de que, neles, estão contidas informações sobre a coletividade, mas pelo fato de que eles provocam emoção, constituindo-se, portanto, como uma memória viva (2001, p. 18). A especificidade do patrimônio histórico deve-se precisamente à sua atuação sobre a memória; isto é o que constitui sua essência.

Foi a partir do Renascimento que a noção de patrimônio histórico e artístico se tornou possível; o homem passou a se situar na evolução da humanidade, entre os tempos passados e futuros, ou como Maria Cecília Fonseca (2005) indica, na cadeia da história. No entanto, até o final do século XVIII, a preocupação em preservar monumentos do passado restringia-se a iniciativas de autoridades religiosas e civis, que coletavam e conservavam bens em suas coleções. Foi preciso o contexto de construção dos Estados-nação, para que a prática se tornasse de interesse público e estruturasse políticas estatais.

No período da Revolução Francesa, época que Márcia Chuva (2009) julga ter sido a conjuntura em que a ideia de nação foi percebida como algo completamente novo – uma ruptura com a visão de mundo vigente até então –, foram estabelecidas importantes bases para o discurso e a prática da preservação do patrimônio no Ocidente. Tratava-se da destruição dos bens culturais, perda de referenciais e da necessidade de novos signos que fossem capazes de assegurar o sentimento de pertencimento e identificação. Assim, Chuva acredita que “o patrimônio é representado, metaforicamente, como as bases concretas de sustentação da ‘identidade nacional’, assim como confere objetividade à nação por meio de sua materialização em objetos, prédios, monumentos etc.” (CHUVA, 2009, p. 44). Caberia ao patrimônio, portanto, constituir-se como garantia das origens e dissipar a inquietação desencadeada pela incerteza dos começos (CHOAY, 2001, p. 18).

No Brasil, ainda no período que compreende o Estado Novo de Vargas, as iniciativas do Estado visando a proteção ao patrimônio se efetivaram em 1936, quando o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, atuou com o propósito de proteger monumentos e obras de arte nacionais. O ministro contou com a colaboração do poeta, escritor e crítico literário, Mário de Andrade, para a elaboração de um anteprojeto que resultou na criação de um órgão especificamente voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (SPHAN).

O SPHAN funcionou efetivamente como um espaço privilegiado, dentro do Estado, para a concretização do projeto modernista. A partir do anteprojeto de Mário de Andrade, as atribuições da instituição foram definidas por Rodrigo Melo Franco de Andrade, no Decreto-lei nº 25, e criada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937⁵. Em ambos os textos, foi considerada de forma abrangente a função do órgão: tratava-se de proteger todo o universo de bens culturais do país. De acordo com a análise de Márcia Chuva, o trabalho do órgão organizava-se em torno de três ações: a identificação do patrimônio nacional e sua conseqüente proteção mediante a aplicação do instituto de tombamento; o conhecimento do patrimônio; e sua divulgação, conservação e restauração.

Para o criador do anteprojeto do SPHAN, Mário de Andrade, tomar significava inscrever bens em livros de registro. Tudo aquilo que passasse a pertencer oficialmente ao patrimônio nacional era inscrito nos livros. Os tombamentos começaram a ser realizados pelo SPHAN em 1938; nesse mesmo ano foram inscritos no Livro de Tombo 215 bens. Só no Rio de Janeiro, 78 bens foram tombados no primeiro ano. A cidade, com seus palácios de imperadores, jardins e residências de figuras ilustres como Benjamin Constant, José Bonifácio e Rui Barbosa, constituía um rico repositório de bens históricos e culturais.

A Casa de Rui Barbosa foi tombada em 11 de maio de 1938, sendo um dos primeiros bens tombados pelo SPHAN; tratava-se de um belo exemplo de uma arquitetura neoclássica que abrigava obras de arte e objetos pessoais, arrolados no processo de tombamento⁶, que testemunharam a vida desse cidadão que tanto se destacara no serviço à pátria.

Silvana Rubino observa que quando uma casa é tombada não se trata de uma casa qualquer; trata-se de uma moradia que foi colocada em eterna sincronia. Nesta perspectiva, “é este o trabalho do tombamento. Retira bens de um contínuo de outros bens onde permaneceriam anônimos e desprotegidos. E realiza sobre esse bem um reinvestimento que pode ir de restauro, transformação em museu (...)” (RUBINO, 1992, p. 5). Entretanto, cabe uma pergunta: por que essas residências são selecionadas para

⁵ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

⁶ Os processos de tombamento tiveram início priorizando bens de caráter monumental e excepcional, segundo o arquiteto José Pessoa, em palestra intitulada “Casa de Rui Barbosa: 80 anos como Patrimônio Cultural Brasileiro”, realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa em 18 de junho de 2018.

serem eternizadas?

Quando um bem é tombado, não o é por conter um valor intrínseco, mas por um valor que lhe é atribuído. A arquiteta Dora Alcântara acredita que o tombamento é executado em razão da imaterialidade do valor de um bem e não por sua materialidade; é pelo o que o bem evoca nas pessoas⁷. A Casa de Rui Barbosa é um exemplo de bem tombado que remete o visitante a eventos e personagens. Ao ser tombado, o bem foi retirado de um cotidiano prosaico e revestido de significações, participando agora de outra narrativa e cronologia (PEREIRA, 2012, p. 166).

A casa em que viveu o jurista, quando tombada, evoca e preserva o passado do personagem e constitui sua memória no percurso da História da Nação. Sua casa, agora museu, mantém vivos os traços de sua época, a intimidade de sua vida privada e as lembranças de sua vida pública. Tornou-se, portanto, um

espaço de vida contendo um conjunto de objetos testemunhas exemplares de um passado que não se quer esquecer, servirá de elo da história social e do patrimônio edificado (...) seu papel fundamental será criar e preservar os laços de pertencimento com as comunidades locais e regionais, através dos espaços históricos ali representados e que deverão fazer parte da memória coletiva, passando de geração à geração. (...). (SCARPELINE, 2009, p. 155)

Nesta perspectiva, a memória de Rui Barbosa corresponderá a uma memória viva; nem o tempo será capaz de apagar sua presença, uma vez que sua casa foi transformada em um documento monumento, reconhecido e preservado pelo tempo presente. Julia Wagner Pereira assinala que o tombamento unifica o sentido fragmentado dos patrimônios e requalifica-os como referências histórico-identitárias do Brasil (2012, p. 167).

Considerações finais

Ao participar de grande parte dos mais importantes acontecimentos e processos históricos brasileiros, ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, Rui Barbosa acabou por se tornar uma espécie de herói nacional. Em muitos momentos, isso não se deu de uma forma totalmente espontânea. Como vimos ao longo deste trabalho, Barbosa teve sua memória construída a partir de interesses e visões políticas específicas que, por meio da relação intrínseca entre memória e poder, elegeu, excluiu,

⁷ Intervenção de Dora Alcântara em palestra intitulada “Casa de Rui Barbosa: 80 anos como Patrimônio Cultural Brasileiro”, realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa em 18 de junho de 2018.

celebrou e silenciou linguagens, discursos e símbolos para certos grupos e para a nação.

Para Aparecida Rangel, o processo de transformação da casa em que viveu Rui Barbosa em museu procurou perpetuar a simbologia: sua casa seria um espaço biográfico que manteria sempre viva sua imagem e sua memória. “O culto ao personagem Rui Barbosa marcará toda a atuação institucional que busca, por meio de seu espaço privado, enaltecer a memória do grande cidadão.” (2015, p. 99). A casa, segundo as palavras de Aparecida Rangel, “simboliza também uma ideia, o desejo de uma nação de se ver retratada na figura do brasileiro ideal que, pela sua erudição, deve servir de exemplo às gerações futuras.” (2015, p. 113).

Rui Barbosa foi o primeiro homem público a ter seu espaço privado transformado em museu, com a iniciativa do governo (RANGEL, 2015, p. 99). Foi também o único personagem, até então, a ser tão glorificado e exaltado pela opinião pública, para que essa escolha fosse justificada. Com este trabalho, analisamos como tudo isso aconteceu, como foram os processos, quais foram as estratégias e quem eram os agentes envolvidos nessa narrativa. Compreendemos que os museus e os acervos museológicos são sempre produtos da atividade humana e das relações de poder e que, ao mesmo tempo em que eles constroem o nosso mundo, são também construídos por ele. Transformar a casa de Rui Barbosa em um museu estabeleceu a consagração de sua figura na memória coletiva e isso, para Américo Jacobina, cuja opinião não é imparcial, já que era um ruiano declarado, não seria, apenas, “cultivar uma glória local”. Na verdade, trata-se de “impedir que se apague na feição brasileira” os traços de uma vida que se constituiu em “contribuição permanente, contínua” (1984, p. 190) ao Brasil.

Referências

Fontes

Legislação

Decreto n° 4.789, de 02/01/1924

Decreto n° 17.758, de 04/04/1927

Decreto n° 5.429, de 09/01/1928

Decreto n° 24.688, de 12/07/1934

Lei n° 378, de 13/01/1937

Lei n° 4.943, de 06/04/1966

Relatório de atividades do Museu Casa de Rui Barbosa

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Relatório de atividades:** 1.9.5 515A. Rio de Janeiro, 1930.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BANDEIRA, Carlos Viana. **Lado a lado de Rui.** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960.

BONAFÉ, Luigi. **Como se faz um herói republicano:** Joaquim Nabuco e a República. 2008. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p. 95-105, 1994.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2016.

CARVALHO, Ana Cristina; JOHNSTON, Glenn C. **Museus-casas históricas no Brasil.** São Paulo: Acervo artístico-cultural dos palácios do Governo do Estado de São Paulo, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A memória nacional em luta contra a história.** Folha de São Paulo, Caderno Mais, 12/11/2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1211200007.htm>>.

_____. **Formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 19, v. 19, jun. 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade / Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural:** políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.

FAGUNDES, Luciana. **Do exílio ao panteão:** D. Pedro II e seu reinado sob olhares republicanos. Rio de Janeiro: Prismas, 2017.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). **Seminário Internacional Políticas Culturais:** teoria e práxis, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 22 a 24 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>>.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ / Minc-Iphan, 2005.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Rui, sua casa e seus livros**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1980.

GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135- 161, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2111/1250>>.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LACOMBE, Américo Jacobina. **À sombra de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MAGALHÃES, Rejane Mendes de Almeida. **Rui Barbosa na Vila Maria Augusta**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

MANGABEIRA, João. **Ruy, o estadista da República**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

_____. **Inauguração da “Casa Ruy Barbosa”**. Bahia ilustrada, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1933.

Museu Casa de Rui Barbosa. São Paulo: Banco Safra, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Revista de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>.

PEREIRA, Edgard Baptista. **A casa de São Clemente**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

PEREIRA, Julia Wagner. O Tombamento: de instrumento a processo na construção de uma ideia de nação. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.

RANGEL, Aparecida Marina de Souza. **Museu Casa de Rui Barbosa**: entre o público e o privado. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

SALADINO, Alejandra. O patrimônio cultural e sua relação com a criação de um projeto de nação e identidade nacional. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Orgs.). **Museus Nacionais e os desafios do contemporâneo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011 (Livros do Museu Histórico Nacional). p. 97-105. Disponível em: <<http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>>.